



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 – Pelotas – RS

Avaliação na Educação Infantil: Objetivos, Instrumentos e Concepções

Crislaine de Anunciação Roveda¹

GDn°8 – Avaliação em Educação Matemática

O presente trabalho aborda ideias referente às diversas concepções sobre avaliação com um olhar especial para a etapa da Educação Infantil. O principal objetivo é articular as heterogêneas formas de avaliar a fim de convergir em uma abordagem sistemática sobre os aspectos avaliativos, realizando assim uma pesquisa bibliográfica baseada nas ideias de Zabala (1998) e Luckesi (2006) e no que tange a esfera das concepções sobre avaliação na etapa da Educação Infantil, abordamos os pensamentos de Hoffmann (2014), Barbosa e Horn (2008) e Bassedas, Huguet e Solé (1999), e ainda uma abordagem sobre as formas de como realizar essa avaliação. A partir disso, podemos entender que a avaliação é uma parte do processo e não uma conclusão da aprendizagem nela mesma e nem como uma classificação do que o aluno aprendeu ou não, mas sim uma construção do próprio aluno nas próprias aprendizagens.

Palavras-chave: Avaliação; Avaliação da Aprendizagem; Educação Infantil.

Percepções sobre Avaliação:

A avaliação que se trata de termo polissêmico e cujo sentido está atrelado ao fundamento epistemológico de quem o interpreta, bem como um processo sistematizado com registros e apreciações de resultados em relação a metas previamente estabelecidas em um determinado contexto.

Para iniciar essa discussão vamos recorrer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (1996) em seu artigo 24, inciso V, alínea A, nos diz que: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Quando abordamos os aspectos sobre a avaliação quantitativa e qualitativa, queremos dizer que, assim que a avaliação quantitativa refere-se à quantidade de

¹Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail: crislaine@furg.br, orientador: Dr. João Alberto da Silva.



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

conhecimento, isto é, o quanto de informação se retém e a ideia de avaliação qualitativa aborda a qualidade de conhecimento, ou seja, o que se faz com o conhecimento que se tem.

Comenta-se com frequência a respeito da avaliação ser considerada como uma forma de medir, em grau de alcance individual, o alcance à determinados objetivos, ou como uma forma autoritária de medir o grau de conhecimento dos alunos em determinadas situações, somente com o intuito de classificar se o aluno aprendeu, sem o acompanhamento do seu processo de aprendizagem.

Para Zabala (1998) a avaliação é definida como “instrumento sancionador e qualificador em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos”. Já para Luckesi (2006), a avaliação tanto geral ou específica, não tem finalidade em si, ela é subsídio de um curso de ação para construção de um resultado previamente definido.

Além de uma forma de avaliação da aprendizagem do aluno, podemos levar em conta que a avaliação pode ser um instrumento de avaliação da prática docente, ou seja, a medida em que o professor está atento na verificação da aprendizagem de seus alunos, ele pode verificar o quão eficiente está sendo seu trabalho ou que desvios o mesmo encontra (LUCKESI, 2006).

Através de reformas educacionais, passou-se a entender a avaliação de diversas formas: individual, coletiva, não limitada e limitada em certos pontos. O que gerou diversas definições sobre a maneira de avaliar, como por exemplo, em uma avaliação tradicional, tem centrado-se a avaliação somente no aluno e os resultados obtidos por ele, como forma de inclusão ou de exclusão do aluno.

Para Luckesi (2006), a prática avaliativa escolar está focada no ato de classificação e não de diagnóstico, ou seja, o julgamento de valor que teria como possibilidade uma nova tomada de decisão, passa a ter função estática de classificação e, para fazer verificação do que se é aprendido, usa-se conceitos e notas a esses resultados, simbolizando um valor ao conhecimento do aluno.

Na perspectiva de avaliação tradicional, Zabala (1998) nos mostra uma concepção de ensino centrada na seleção nos alunos como forma de progressão, sendo o aluno como



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 – Pelotas – RS

sujeito da avaliação e o objeto da avaliação são as aprendizagens que contemplem as necessidades até que o aluno chegue a universidade, qualificando e sancionando desde pequenos a classificação dos mais ou menos aptos para a carreira na universidade.

Porém, o entendimento da função social do ensino não consiste apenas em promover ou selecionar alunos, mas em realizar uma formação integral, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, contemplando a formação do ser humano na sua integralidade:

As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas na interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressa através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã (Resolução CEB/CNE nº 02/98, Inciso III, Art.3º).

Para promover uma avaliação que contemple o desenvolvimento de todas as capacidades do aluno, não somente as cognitivas que contemplem as necessidades associadas ao ingresso nas universidades, Zabala (1998) aborda como pertinente levar em conta considerações aos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais na hora de uma avaliação, dessa forma, estará se favorecendo oportunidades para o desenvolvimento de todas as suas capacidades e, por consequência, ingressarão nas universidades e serão bons profissionais.

A avaliação por conteúdos, conforme sua tipologia, de acordo com Zabala (1998), podem ser:

- Avaliação por conteúdos factuais: consiste na análise de fatos, juntamente com conceitos, trazendo significados ao aluno a fim de transformar o conhecimento em concepção e interpretação de situações. A atividade mais



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

propícia para avaliar será uma simples pergunta, ou seja, uma prova escrita com perguntas objetivas.

- Avaliação por conteúdos conceituais: compreende-se a avaliação como forma de definição de conceitos, muitas vezes que coincide com o livro didático ou de forma decorada, mecânica. Assim, pode-se dizer que os questionamentos levantados não permitem averiguar se o conhecimento foi de fato integrado às suas estruturas interpretativas. Definir conceitos não é uma tarefa fácil, então as atividades que implicam a avaliação desses conteúdos são através de observações do uso de conceitos em diversas situações ou em explicações espontâneas. Por exemplo: uma prova que o aluno possa abordar seus conceitos empíricos e associados aos científicos. Situam-se dentro das capacidades cognitivas, do que o aluno sabe ou não.
- Avaliação de conteúdos procedimentais: é definida não com conhecimento que se tem, mas sim como no saber fazer, o seu domínio sobre essa ação como um processo: para que serve, quais são os passos para isso. As atividades para avaliar esses conteúdos compreendem a realização de observações, onde os alunos são colocados a desenvolver o conteúdo procedimental e que seja facilmente observável.
- Avaliação dos conteúdos atitudinais: os seus componentes cognitivos, condutais e afetivos fazem com que seja consideravelmente complexo determinar o grau de aprendizagem do aluno. É difícil avaliar conteúdos atitudinais, visto que não há como atribuir uma nota ao desempenho as atitudes dos alunos, sendo que a avaliação está culturalmente emergida em uma visão sancionada e classificatória. Dessa maneira, podemos dizer que a atividade que mais se encaixa nesse tipo de avaliação é a observação de comportamentos, na observação sistemática de opiniões.

Dessa forma, a valorização de um ensino centrado na valorização da formação integral do aluno, consiste em repensar na avaliação, deixando de ser centrada nos



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

resultados obtidos, mas sim no processo de ensino-aprendizagem, tanto no geral quanto no individual.

Para Luckesi (2006, p. 93), avaliar:

[...] implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram um objeto de avaliação, acrescido de um valor ou quantidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto.

Nesse ponto sobre o processo de avaliação, Zabala (1998) compreende que a *avaliação inicial* é o conhecimento que cada aluno sabe, um ponto de partida em relação aos conteúdos e objetivos previstos, ou seja, o início do processo avaliativo. No decorrer desse processo, cada aluno vai adquirindo conhecimentos, realizando adaptações e adequações. Nesse sentido, temos a *avaliação reguladora* ou *avaliação formativa*. Como objetivos atingidos, convém realizar a apuração dos resultados obtidos, ou seja, *avaliação final* ou analisar o processo e a progressão de cada aluno, sendo a *avaliação somativa* ou *integradora*. Esta, por sua vez, manifesta a trajetória seguida do aluno, medidas específicas, resultados e principalmente do que ainda é necessário fazer.

Na perspectiva de Luckesi (2006), a avaliação por classificação diagnóstica consiste em assumir um “instrumento de compreensão do estágio que se encontra a aprendizagem do aluno” (p.81), a fim de proporcionar tomadas de decisões suficientes e satisfatórias para o avanço no seu processo de aprendizagem. Assim, a avaliação não seria somente um diagnóstico, mas também uma definição de encaminhamentos.

Para este trabalho temos compilado essas diferentes ideias sobre o conceito de avaliação, assumindo concepções de Zabala (1998) e Luckesi (2006). Alinhamo-nos com os ideais de Luckesi pois, implica em tratar a avaliação com subsídio de uma atividade proposta para então realizar a construção de um resultado previamente definidas. Em segmento, os princípios de Zabala também abordam uma avaliação reguladora ou formativa, formando assim um processo de início, meio e fim.



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

Avaliação na Educação Infantil

Pensando nas múltiplas faces da avaliação é importante refletir sobre a especificidade da Educação Infantil. Nesse nível de ensino, Souza, Mello e Rossetti-Ferreira (2011), definem a avaliação como uma observação do percurso da criança, de como ela está evoluindo, sem a busca de classificá-lo.

Barbosa e Horn (2008) dizem que as avaliações das crianças revelam nossas concepções sobre aprendizagem, infância e educação, expondo de alguma forma os modelos teóricos apoiados pelos professores. Bassedas, Huguet e Solé (1999, p.173, grifos do autor) trazem a avaliação como: “Nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, *para tomar decisões educativas*, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações ou atividades na aula”.

Já Hoffmann define a avaliação como “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares” (2014, p. 13), realizando assim um processo de acompanhamento do desenvolvimento da criança, podendo utilizar-se de instrumentos como: pareceres descritivos, fichas de avaliação, portfólio, relatórios, dossiês ou qualquer outra forma de registros ou anotações.

Cabe ressaltar que, esses são instrumentos de avaliação e, segundo Hoffmann (2014), esses instrumentos não podem ser denominados “avaliação”, pois tratam-se de ferramentas que auxiliam no processo de avaliar e os avaliadores estão muitas vezes fundamentados em sentimentos e percepções e interpretando o que se observa das crianças.

De acordo com Souza, Mello e Rossetti-Ferreira (2011), há diversos olhares ao observar as crianças para uma avaliação:

- Olhar da criança: Há sempre uma maneira de dar escuta às crianças, seja na forma de observar seus brinquedos, como brinca, como estão dispostos, quais mais gosta... Bem como questionar-se sobre como o Projeto Político Pedagógico atende às necessidades das crianças ou o que ela quer saber está sendo contemplado ou somente o que os adultos julgam necessário?



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

- Olhar dos pais: Os pais podem ser ouvidos em reuniões, questionários, encontros informais, registros escritos, através dos questionamentos referentes as suas percepções quanto pais e o desenvolvimento dos seus filhos.
- Olhar da equipe: As avaliações feitas pela própria equipe são como *feedbacks* referentes a suas práticas em relação ao Projeto Político Pedagógico e realizada por toda a equipe, não somente pelos gestores. As formas de avaliação podem ser feitas de diversas maneiras, assim como com os pais.
- Olhar de todos – respeitando a legislação: tende-se a perceber se a escola está respeitando a legislação vigente. Esta avaliação deve ser feita por órgão de incumbência maiores, porém que façam parte do contexto escolar, como as secretarias municipais e/ou estaduais de educação.

Esses olhares ampliam a forma como avaliar as crianças, não estando somente atrelada ao olhar sobre o que as crianças representam, mas também como uma forma de reflexão sobre a própria prática e sobre o sistema macro da escola, pois tudo de alguma forma irá incidir sobre as crianças e as ações que elas repercutem.

Barbosa e Horn (2008), trazem a avaliação como um tema controverso, pois tem sido um grande instrumento de hierarquização social, classificação, homogeneização e normatizar as pessoas. Na Educação Infantil, é possível observar duas vertentes. Por volta de 1960 e 1970, a avaliação era feita de forma mais objetiva, baseada em objetivos comportamentais, tendo como padrão uma criança idealizada, e os alunos sendo comparados, tendo que se encaixar nesse modelo, onde os professores marcavam um ‘x’ em determinadas funções que os alunos desempenhavam ou não. As avaliações tratavam somente de aspectos afetivos, motores e cognitivos. As avaliações eram entregues as famílias, muitas vezes com conceitos fragmentados, sem trazer muito sobre o contexto da criança em sala de aula. A avaliação não era questionada, pois nessa época eram concepções de verdade da ciência e métodos que regiam o cenário da educação.

Em 1980, com a democratização no país, houve uma introdução de um embasamento qualitativo em pesquisas e ampliação de perspectivas no desenvolvimento, a avaliação na Educação Infantil tornou-se mais descritiva, menos comparativa e mais



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 – Pelotas – RS

singular, sendo propostas por pareceres descritivos ou relatórios avaliativos. Essa forma de avaliação por pareceres ou relatórios, saiu dos padrões de marcar ‘x’ para tornarem um texto que apontava observações esporádicas e fragmentadas, abordando características identitárias que poderiam ser flexíveis.

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que a avaliação na Educação Infantil foi apreciada como o intuito de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 29) abordam o processo de avaliação em suas instituições como uma forma de “acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”, assegurando assim:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

A importância da educação das crianças está sendo cada vez mais evidenciada, uma referência disso é a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera o Artigo 4, alínea I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que torna a pré-escola parte obrigatória na Educação Básica, que vai dos 4 aos 17 anos de idade, com oferta é gratuita.

Já quando falamos na avaliação nesta etapa de ensino, também sustentados pela LDB 9394/96, em seu Artigo 31 aborda a forma que deve ser organizada a Educação Infantil, seguindo regras em comum e no inciso I aborda: “avaliação mediante



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Como não se tem o objetivo de promoção, das crianças, Hoffmann (2014) traz um conceito de avaliação mediadora que consiste em dois princípios que a norteiam: (a) o princípio da individualização por observar as crianças que estiverem precisando de maior apoio ou preservar sua liberdade e espontaneidade, (b) o princípio da mediação que consiste na intervenção de estratégias pedagógicas que faça as crianças mais seguras e evoluírem em todas as áreas do conhecimento.

Formas de Registro

Se não há promoção, então por que é importante avaliar na Educação Infantil? Questionamento esse muito corriqueiro quando o assunto tem por nomenclatura o termo avaliação, que muitas vezes é visto como um instrumento que sanciona e qualifica o aluno (ZABALA, 1998). Uma boa definição em resposta, seria Hoffmann que aborda a avaliação como uma forma de “acompanhar e compreender o desenvolvimento infantil para replanejar a ação educativa” (2014, p. 25),

Assim, a relevância do acompanhamento sob a variedade de ideias e manifestações das crianças nessas ações educativas possui um olhar especial sobre as diversas maneira de realizar esses registros para, posteriormente tornarem-se uma avaliação que contemplem não somente as habilidades das crianças, mas também a reflexão sobre a própria prática pedagógica.

Em relação aos instrumentos de utilização para o planejamento e acompanhamento do aluno para construir uma consistente e qualificada documentação pedagogia ao avaliar, podemos destacar:

O **Diário de Campo**, através da perspectiva de Barbosa e Horn (2008) pode ser realizado como um caderno de registro do professor, no qual ele poderá registrar seus objetivos, mas principalmente as duas vivências, como o que ele vê, ouve, interpreta do cotidiano sala de aula. Para Zabalza (1994, p. 91), os registros realizados pelo professor na forma de diários, aos quais atribui o sentido de expressar o pensamento do professor, estes



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

diários são a possibilidade de dar a conhecer o que o professor “expõe-explica-interpreta” sobre sua ação cotidiana.

Os **Anedotários**, descritos por Barbosa e Horn (2008), são fichas individuais das crianças, onde são registrados aspectos de cunho mais afetivo, emocional e social, desenvolvido em episódios familiares, decorrentes de desentendimentos no grupo. Também podem conter frases, pensamentos, brincadeiras, manifestações.

Villas Boas (2004, p. 169), descreve o conceito de **Portfólio** como “(...) destinam-se a reunir amostras dos trabalhos dos alunos durante um certo período de tempo, mostrando seu progresso por meio de produções variadas”. Já, Hernandez (1998) argumenta a ideia de utilização de portfólio para a avaliação como com um recurso de natureza evolutiva do processo de aprendizagem. Para Barbosa e Horn (2008, p.111), “os portfólios são caixas ou pastas que recolhem os trabalhos produzidos pelas crianças através de variadas modalidades de expressão durante um período de tempo”.

A utilização de portfólios permite que o acompanhamento de procedimentos de aprendizagem seja feito pelo professor e pelos alunos, permitindo ao professor uma aproximação maior ao trabalho dos alunos e do aluno a sentir como uma produção da sua própria aprendizagem.

Os **Relatórios Avaliativos Individuais**, de acordo com Hoffmann, (2014, p. 66), ser um “instrumento socializador de conquistas históricas, favorecendo o surgimento de outros olhares reflexivos sobre a sua história, tornando-a singular para muitas outras pessoas, e, ao mesmo tempo, contextualizando o seu processo evolutivo e natural de desenvolvimento”.

Contemplações

Através dos pontos abordados, podemos entender que apesar do termo avaliação possuir um significado polissêmico e abordado por muitas vezes de modo pejorativo quando associado a uma repreensão, há ideias de que a avaliação é uma parte do processo de aprendizagem, não sendo uma conclusão da aprendizagem nela mesma e nem como



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

uma classificação do que o aluno aprendeu ou não, mas sim uma construção do próprio aluno nas próprias aprendizagens.

Na Educação Infantil, como não há retenção nessa etapa, a avaliação consiste como um acompanhamento no desenvolvimento da criança e não pode ser dissociada do trabalho pedagógico do professor. Muitas vezes, a avaliação nessa etapa é realizada através de observações das vivências das crianças e nas suas próprias atividades.

A partir disso, entendemos a dimensão do trabalho do professor, pois é dele que provém as atividades que vão servir como suporte para os futuros pareceres que vão descrever sobre as habilidades desenvolvidas pelo aluno daquela etapa do ensino, bem como seu olhar atento às observações sobre a forma com que a criança relaciona seu conhecimento às suas experiências.

Referências

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. da G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 2008

BASSEDAS, E.; HUGUET, T. e SOLÉ, I. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Cadernos da Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, C. C. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.



XXI EBRAPEM

ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 4 de novembro de 2017 - Pelotas - RS

SOUZA, T. N. de; MELLO, A. M.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Avaliação da Educação Infantil. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T. GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. **Os fazeres na Educação Infantil**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.

ZABALZA, M. A. **Diários de Aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZABALA, A. A Avaliação. In: _____. **A Prática Educativa como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 195 - 221.